



PLANEJAMENTO DA VISITAÇÃO PÚBLICA EM OITO PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS: OPORTUNIDADES PARA AJUSTES

RESUMO

A recreação em contato com a natureza é mais uma atividade que se beneficia das áreas protegidas, como os parques nacionais, valorizando assim a existência das unidades de conservação. Para definir as medidas voltadas à visitação pública em parques nacionais, a fim de oferecer aos visitantes uma experiência de qualidade elevada e evitar a ocorrência de impactos ambientais inaceitáveis, é necessário que haja um planejamento. O tema é considerado desde os primeiros exercícios de planejamento de parques nacionais brasileiros, da década de 80, e até os dias atuais recebe bastante atenção. Este artigo analisa a forma com que o assunto é tratado nos planos de manejo e documentos correlatos (totalizando 14 fontes) de oito parques nacionais brasileiros. Utilizando um banco de dados e uma metodologia própria baseada em entrevistas com os encarregados do manejo desses oito parques, são reveladas diferentes fragilidades dos planos, como a proposição de áreas em excesso para essas atividades, ou indicações inviáveis para a atuação de empresas em regime de concessão. Para que o planejamento atenda aos objetivos esperados no campo, são recomendáveis ajustes nos processos, sobretudo no sentido de aproveitar melhor os recursos financeiros disponíveis oferecendo à equipe das unidades projetos de execução local e imediata.

PALAVRAS-CHAVE: Plano de Manejo; Uso Público; Unidades de Conservação.

PLANNING OF THE TOURISM IN EIGHT NATIONAL PARKS OF BRAZIL: OPPORTUNITIES FOR ADJUSTMENTS

ABSTRACT

The recreation in the wilderness is a practice that benefits from the protected areas, where the nature is maintained without human disturbances, such as the national parks. This activities valorizes the existence of the parks, but wishing to offer for the visitors an experience of high quality and to minimize the environmental problems, is necessary to do some planning. This subject is well considerate in the planning of Brazilians protected areas since the 80's, but today it takes too a lot of time in the planning processes. This paper analyses how the subject is developed in the management plans of eight national parks of Brazil, totalizing 14 documents. With a data basis made specially for this purpose, there were realized several interviews with the technicians and others of the front line, revealing that the planning for the tourism in this areas have gaps and important fails, such as excessive proposition of infrastructure and inviable proposals for the concession of services in the parks. In order to achieve the objectives expected in the field, there is recommendable to do some adjustments in the planning processes, making a better use of the financial resources and offering to the parks staffs projects of immediate and local execution.

KEYWORDS: Management Plan; Public Use; Protected Areas.

*Revista Nordestina de
Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.2,
Mai, Jun, Jul, Ago, Set, Out
2012.*

ISSN 1983-8344

SEÇÃO: *Planejamento e Gestão
de Unidades de Conservação*



DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2012.002.0001

Rodrigo Hecht Zeller

Universidade Federal do Paraná, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9163123029504012>
rodrigozeller@yahoo.com.br

Recebido: 19/04/2012

Aprovado: 03/09/2012

Avaliado anonimamente em processo de pares cegas.

Referenciar assim:

*ZELLER, R. H.. Planejamento da
visitação pública em oito parques
nacionais brasileiros: oportunidades
para ajustes. Revista Nordestina de
Ecoturismo, Aquidabã, v.5, n.2, p.6-
18, 2012.*

INTRODUÇÃO

A recreação em contato com a natureza é mais uma atividade que se beneficia das áreas onde a natureza é conservada. Justamente por valorizar as áreas silvestres, é considerada mundialmente como uma prática com grande potencial para apoiar a conservação dos parques nacionais e demais unidades de conservação (TAKAHASHI, 1998).

Apesar dos parques brasileiros serem, entre os variados tipos de unidades de conservação, áreas com muitas possibilidades e atrativos para haver procura turística, muitos deles ainda não estão oficialmente disponíveis ao público. No entanto, mesmo nos parques “abertos” ao público, freqüentemente a infra-estrutura não é adequada e a experiência dos visitantes deixa a desejar (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001). A cada ano, os parques nacionais brasileiros recebem apenas alguns milhões de visitantes, mas que se concentraram nas áreas mais próximas de grandes centros urbanos (como os parques do Iguaçu e da Tijuca) e onde há mais infra-estrutura.

Muito embora a visitação nos parques brasileiros ainda seja incipiente e concentrada em poucas áreas, em contraste com o potencial natural (e histórico-cultural) existente, o mesmo não se poderia dizer sobre a atenção que o tema costuma receber no planejamento das áreas. A visitação pública é abordada em planos de manejo e documentos correlatos desde a década de 80, pelo antigo IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, depois incorporado ao IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

O planejamento é atualmente um meio consolidado para auxiliar na implementação das unidades de conservação brasileiras e seu produto central, o plano de manejo, tem a função de amparar as decisões dos administradores de unidades de conservação, para que seja compreendido o contexto da área e definidas medidas apropriadas de manejo, seguindo prioridades e rumos específicos.

Este artigo analisa a forma com que o tema “visitação pública” é abordado nos planos de manejo e documentos correlatos de oito parques nacionais brasileiros, chamando a atenção para ajustes que poderiam melhorar um aproveitamento dos recursos disponíveis..

METODOLOGIA

Os oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil considerados neste artigo foram selecionados com base em análise qualitativa própria, buscando uma situação de planejamento relativamente variada e diversidade de contexto. Os parques abordados são: Lagoa do Peixe (Rio Grande do Sul), Aparados da Serra (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), Iguaçu (Paraná), Itatiaia (Rio de Janeiro e Minas Gerais), Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro), Caparaó (Espírito Santo e Minas Gerais), Cavernas do Peruaçu (Minas Gerais) e Grande Sertão Veredas (Bahia e Minas Gerais).

Para esse conjunto de parques existem 21 planos (sem contar os planos operacionais de prevenção e combate a incêndios), dos quais 14 foram selecionados para análise (Quadro 01). Os outros sete documentos, produzidos antes de 2002 e nos cinco parques com planos mais recentes, serviram apenas para recuperar a história e enriquecer o banco de dados. Os planos foram obtidos através de contatos com a equipe de cada parque e com técnicos da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (DIREC).

Os planos analisados basearam-se em diferentes referências para o planejamento dos parques brasileiros, quais sejam, IBAMA¹ (1993, citado por MILANO; TRESINARI; FERREIRA, 1993), o roteiro antigo (IBAMA, 1996) e o roteiro atual (IBAMA, 2002a). A partir dos anos 90, respondendo ao desenvolvimento do turismo em unidades de conservação, retomou-se também a preparação de planos de uso público que, em alguns casos, foram elaborados para áreas que nem tinham planos de manejo aprovados ou atualizados (DOUROJEANNI, 2005a, 2005b; JESUS, 2002).

Quadro 01: Documentos selecionados para análise nos oito parques

TIPO DE PLANO	ANO	PARQUE	CITAÇÃO	TOTAL
Época do IBDF	1981	Caparaó	IBDF (1981a)	3
	1982	Itatiaia	IBDF (1982a)	
	1982	Serra dos Órgãos	IBDF (1982b)	
Ação emergencial	1994	Serra dos Órgãos	Braun (1994)	3
	1994	Itatiaia	Pantoja (1994)	
	1995	Caparaó	Pantoja (1995a)	
Uso público	2001	Serra dos Órgãos	Dale (2001)	3
	2001	Itatiaia	Magro <i>et al.</i> (2001)	
	2001	Caparaó	Morsello (2001)	
Roteiro antigo	2002	Iguaçu	IBAMA (2002b)	3
	2003	Grande Sertão Veredas	IBAMA & FUNATURA (2003)	
	2004	Lagoa do Peixe	IBAMA (2004a)	
Roteiro atual	2004	Aparados da Serra	IBAMA (2004b)	2
	2005	Cavernas do Peruaçu	IBAMA (2005)	
Total				14

Na essência, a análise dos planos se baseia na comparação do seu conteúdo com informações obtidas por meio de entrevistas com 47 funcionários dos variados parques, armazenadas em um banco de dados próprio. Apenas oito entrevistados não tinham curso superior e, entre os que têm curso superior, há a seguinte composição: 14 biólogos, cinco engenheiros agrônomos, três médicos veterinários, três engenheiros florestais, três geógrafos, três turismólogos, dois administradores de empresa e seis com outras formações.

¹ IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Roteiro metodológico para a elaboração de planos de ação para implementação e gerenciamento de unidades de conservação de uso indireto. Brasília: IBAMA-DIREC, 1993. 24 p.

Antes do trabalho de campo, foram consultados quatro profissionais de reconhecida experiência prática com unidades de conservação (do IBAMA e de ONG's), questionando-os quanto à experiência, qualidade técnica e engajamento de funcionários dos parques previamente selecionados. Em cinco deles, esses consultores indicaram chefes ou coordenadores engajados no manejo da unidade e, durante o trabalho de campo, nas entrevistas e por informação, foram selecionados mais sete técnicos nos vários parques. Entre esses 12 técnicos, todos com nível superior (biologia, agronomia, engenharia florestal e medicina veterinária) e doravante denominados apenas "técnicos", há cinco que exercem chefias, sete funcionários com mestrado e três com mais de 10 anos de experiência prática em unidades de conservação.

O levantamento de campo foi concentrado justamente com estes 12 técnicos selecionados, enquanto os outros 35 funcionários, a seguir denominados "entrevistados", forneceram basicamente informações sobre o contexto e as pressões, aspectos históricos do manejo, as atividades que ocorrem, dificuldades do dia-a-dia e quantidade de pessoal e verbas. Portanto, a grande maioria dos envolvidos ajudou a embasar o banco de dados definido para viabilizar o levantamento com os 12 técnicos selecionados. Entre os 35 entrevistados, havia dois na função de chefia, 13 coordenadores setoriais, 11 fiscais (seis são coordenadores), três funcionários para tarefas de campo, oito assistentes de nível superior e quatro funcionários administrativos. Mais informações sobre o método empregado e o trabalho de campo estão disponíveis em Zeller (2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No conjunto dos oito parques e em função dos seus atributos naturais excepcionais, há uma gama variada de possibilidades para a visitação, como trilhas em meio a paisagens belíssimas ou dentro de florestas exuberantes, passeios de barco, cachoeiras ou locais de banho, cavernas com pinturas rupestres, locais de apelo histórico, entre outros atrativos. A intensidade de visitação varia bastante entre os oito parques e os mais procurados são também os mais antigos, com melhor infra-estrutura, situados nas proximidades de centros urbanos e acessíveis por estradas em bom estado de conservação. O Iguaçu é o mais procurado e recebe quase um milhão de pessoas por ano, enquanto no Grande Sertão Veredas são cerca de 100 visitantes por ano (IBAMA & FUNATURA, 2003; SANTOS, 2006).

Desde a época do IBDF que o tema é abordado nos planos de manejo e boa parte das estruturas de uso público existentes nas unidades foi sugerida nesses documentos. No conjunto dos 14 planos, as atividades relacionadas com visitação são mais detalhadas em comparação com os outros programas de manejo, como de proteção ou recuperação de áreas degradadas. O programa de uso público do plano do Iguaçu, por exemplo, é o mais extenso do documento, enquanto no plano do parque menos visitado (Grande Sertão Veredas) ocorre a mesma situação

(IBAMA, 2002b; IBAMA & FUNATURA, 2003). O fato é que o tema sempre toma bastante atenção dos planejadores.

Em geral, nos planos de manejo e documentos correlatos são propostas áreas em excesso para a visitação pública e com muitas estruturas, mas os meios definidos para efetivá-las fogem da capacidade de realização local e até das possibilidades conjunturais, de acordo com técnicos de todos os parques. Em três parques, o excesso de propostas para o público é claramente incompatível com as informações socioeconômicas apresentadas nos próprios planos, que revelam um contexto apático para o turismo, com estradas em péssimo estado e uma rede de serviços bastante limitada (hotéis, pousadas, farmácias, bancos, restaurantes, etc.).

No plano da Lagoa do Peixe (IBAMA, 2004a), por exemplo, foram propostas várias trilhas e áreas para visitação, compondo um cenário de uso público fora da realidade. Nos moldes desse plano, se o parque permanecesse aberto durante oito horas e houvesse cinco passeios por dia nas trilhas em que não há um tempo associado à capacidade de carga, haveria, em um dia de pico, 1.200 pessoas. Tal quantidade esperada no plano representa cerca da metade do fluxo anual de visitantes neste parque. A mesma situação ocorre com os planos do Grande Sertão Veredas e de Cavernas do Peruaçu, de se planejar uma série de estruturas e serviços para um público que não existe (e que, provavelmente, ainda vai demorar a existir) (IBAMA, 2005; IBAMA; FUNATURA, 2003).

Nos variados planos (11/14 - 11 documentos entre os 14 analisados) dos parques com visitação mais expressiva (Iguaçu, Itatiaia, Serra dos Órgãos, Aparados da Serra e Caparaó), os técnicos também atestam que há indicações indesejáveis ou deslocadas do contexto das unidades. No plano de Aparados da Serra, por exemplo, estão prescritas mais de 40 áreas de visitação (IBAMA, 2004b) e, até 2008, nenhuma área ou serviço proposto tinha sido implantado como desdobramento do próprio documento. Cerca de metade das áreas propostas já apresentava algum grau de implantação antes do plano, mas persistiam sem adequação por falta de verba e pessoal, entre outros complicadores. De acordo a chefia de Aparados, quase 40 % das propostas nem deveria constar no plano, inclusive por falta de regularização fundiária.

Um tipo de recomendação comum nos planos (11/14 – com exceção dos três planos de manejo preparados pelo IBDF), que revela a inviabilidade das propostas, é para atuação de empresas privadas em regime de concessão. Na Lagoa do Peixe, no Grande Sertão Veredas e em Cavernas do Peruaçu (IBAMA, 2004a, 2005; IBAMA; FUNATURA, 2003), por exemplo, foi sugerida a atuação de empresas em regime de concessão, mas sequer havia público ou estruturas. Neste contexto, boa parte daquilo que foi planejado para esses parques é impraticável, segundo os técnicos dessas áreas.

Até na Serra dos Órgãos, onde passaram mais de 50.000 visitantes em 2005, o setor privado não demonstrava interesse em prestar serviços no parque e, com relação a um edital de concorrência publicado pelo IBAMA local em 2007, sequer foram recebidas propostas, de acordo com a chefia da unidade. Vale destacar que o parque está nas vizinhanças de cidades de médio

porte e boa parte das estruturas definidas no edital já existiam. No caso da Serra dos Órgãos, a atuação de empresas foi proposta no plano de ação emergencial e no plano de uso público, com indicações para a concessão de serviços na unidade (BRAUN, 1994; DALE, 2001).

Para a travessia Petrópolis-Teresópolis (30 km por dentro do parque), por exemplo, se recomendou a implantação de uma estrutura para “público de maior poder aquisitivo, próximo da Travessia, em local com regularização fundiária definida, para terceirização, com sanitários especiais. Sugestão de local próximo do Ajax” para o seguinte público-alvo: “treinamento empresarial (executivos - TEAL) e aventureiros acostumados a padrão dos Roteiros de Charme” (DALE, 2001, p. 76-77).

Outra proposta do plano de uso público que seria indesejável na visão do chefe da Serra dos Órgãos, Ernesto de Castro, é para realizar “estudo de viabilidade para aquisição de terreno no Mirante do Soberbo, com possibilidade de construção de restaurante com vista panorâmica, para terceirização”, podendo “estudar para o mesmo local a proposta de teleférico feita pela Gerência do Parque, com custo estimado” (DALE, 2001, p. 108).

Já no plano de Aparados da Serra (IBAMA, 2004b), uma proposta considerada indesejável pelo chefe do parque, também porque seria uma lástima à paisagem, é para a implantação de um elevador panorâmico no Itaimbézinho, que lembraria o que já existe no Iguaçu. Nos planos, outra proposta semelhante ao que já ocorre no Iguaçu é para a implantação de um transporte interno único (IBAMA, 2004a, 2004b, 2005; IBAMA; FUNATURA, 2003; entre outros). Porém, tal proposta seria indesejável ou desnecessária para a maioria segundo os técnicos. Até nos parques sem público para justificar tal serviço, como Grande Sertão Veredas, Cavernas do Peruaçu e Lagoa do Peixe, há indicações para um serviço privado de transporte de visitantes.

No geral, a execução das propostas dos planos está condicionada a um aumento substancial do público, às vezes sem qualquer indicativo no diagnóstico dos documentos de circunstâncias favoráveis para isso acontecer. Apesar de boa parte dos planos prever um aumento na procura turística, se isso acontecesse, as equipes não conseguiriam oferecer condições para os visitantes terem uma experiência de qualidade e minimizar os problemas decorrentes – erosão e impedimentos para a drenagem nas trilhas e estradas, vandalismo em estruturas, lixo, pichações, coleta de plantas, rochas ou lenha, entre outras situações indesejáveis que ocorrem até em zonas restritivas definidas nos planos (caso de Aparados da Serra e Serra dos Órgãos, por exemplo).

Em relação à concessão de serviços turísticos nos parques, os empreendimentos prescritos não parecem viáveis economicamente, inclusive nos planos específicos para concessões elaborados pela Fundação da Universidade Federal do Paraná (FUNPAR), seguindo as indicações dos planos de uso público, para o Itatiaia, Caparaó, Serra dos Órgãos e Aparados da Serra. De modo geral, os empreendimentos não parecem viáveis primeiro porque a visitação não é uniforme ao longo do ano e, segundo, porque esta é relativamente baixa frente às demandas de um empreendimento privado.

Porém, esses aspectos básicos (e explícitos) foram ignorados nas recomendações e, principalmente, nas contratações para a elaboração de projetos executivos que definiriam as estruturas e serviços em áreas específicas, com destaque para os planos elaborados pela FUNPAR, que vão contra tudo que a literatura recomenda, prevendo uma série de estruturas pesadas para os parques e investimentos surreais, entre outras fragilidades, de modo que os documentos sequer foram aprovados pela DIREC, segundo Lourdes M. Ferreira (analista ambiental da diretoria em 2007).

Por exemplo, no plano para concessões produzido pela FUNPAR para o Itatiaia, se previu a concessão de 11 áreas e alguns serviços de transporte, como a implantação de um transporte interno para a travessia sede-Rebouças, o que descaracterizaria o percurso segundo o técnico da unidade, ou, até, para a implantação de um campo de desafios, com tirolesa, ponte pênsil e outras atividades do gênero. Chama a atenção essa proposta para um campo de desafios na parte baixa do Itatiaia, a qual, por sinal, também parece uma reprodução do que já existe no Parque Nacional do Iguaçu. Por outro lado, esse plano preparado por consultores da FUNPAR sequer menciona as atividades de escalada, para a qual já existe procura no Itatiaia.

No Caparaó, em Aparados da Serra, na Serra dos Órgãos, no Itatiaia e no Iguaçu, as equipes contam com vários documentos para administrar a visitação, como plano da época do IBDF, plano de ação emergencial, plano de uso público, plano voltado às concessões (em formato de projeto executivo) e, dependendo do parque, há ainda alguns projetos executivos que dependem da captação de recursos para, finalmente, se chegar à realização no campo.

Além disso, entre todos os atrativos ou estruturas já indicados para a visitação nos variados documentos de manejo, nem todos são desejáveis, de acordo com as entrevistas. No caso do plano de uso público do Caparaó, por exemplo, o então chefe do parque (Estevão Fonseca) atestou que algumas indicações da consultora do plano de uso público não são desejáveis, como a pedra Escorada, a cachoeira Alta, as cachoeiras do Rio do Norte, rappel na cachoeira Bonita e o córrego do Brás (MORSELLO, 2001).

Notou-se que, frequentemente, a contratação dos projetos executivos decorrentes dos planos não foi um bom investimento. Até no Iguaçu, onde a visitação é expressiva, havia esse tipo de problema de viabilidade; a trilha Linha Martins é um exemplo de sugestão do plano de manejo (IBAMA, 2002b) que foi seguida e era um ônus à empresa concessionária, simplesmente porque não havia público, segundo Ivan Baptiston (coordenar de proteção do parque).

Nota-se que o rumo que vários planos traçam para as atividades de visitação não apresenta o caráter gradativo recomendável para a implementação dos parques (LEE & MIDDLETON, 2003; MILLER, 1980). Pelos excessos, o conjunto de propostas dos planos também acaba desviando a atenção dos problemas mais graves dos parques que deveriam ser contemplados em um exercício de planejamento. Pois, diferentemente de outros conflitos nos parques, como caça e desmatamento, os prejuízos relacionados com visitação geralmente são pontuais e não comprometem a viabilidade ecológica das áreas.

Assim, antes de definir propostas e inclusive a concessão de serviços, seria importante avaliar se a visitação não prejudicaria as outras linhas de ação e, também, se é algo aplicável e desejável na realidade dos parques. No plano de ação emergencial do Caparaó, por exemplo, consta que “tanto para a recuperação como para a exploração dessas áreas de camping, deverá ser adotado preferencialmente o sistema de concessão”, mas sem se basear em qualquer referência prática ou em indicativos que isto seria viável (R\$ 140.000,00 arrecadados em 2006, com 25.000 visitantes). O fato é que muitas recomendações dispersas nos variados planos não se dão sobre uma boa base. Por exemplo, no plano de ação emergencial do Caparaó, Pantoja (1995a, p. 12) analisou que em 1977 houve 1.802 visitantes no parque, que passaram para “12.897, dez anos depois (1987) e atingiu 18.619, em 1993”, o que levou à “conclusão” que houve “um crescimento aproximado de 1.035 % entre 1977 e 1993”, indicando assim que o parque seria um campo fértil para investimentos turísticos pelo setor privado.

No Caparaó, por exemplo, seria indesejável que, por causa das concessões, as trilhas longas pelas montanhas não continuassem sendo autoguiadas, ou que houvesse infra-estrutura pesada, como ocorre no Iguaçu, que, entre os parques estudados, era o único que já tinha serviços nos moldes de concessão (basicamente o transporte interno único, algumas estruturas nos arredores das Cataratas e passeios condicionados a taxas adicionais).

Essa experiência pioneira no Iguaçu é uma referência importante para outras unidades de conservação com visitação expressiva, mas principalmente pelas dificuldades existentes (WATANABE; TAKAHASHI, 2003). Pois, pela qualidade da experiência que o visitante tem no parque, nota-se que os empreendimentos atendem mais ao que é economicamente atraente que ao desejável em um parque nacional, de acordo com as entrevistas. O custo dos passeios no Iguaçu é relativamente elevado e, sem taxa adicional, os visitantes não têm nenhuma opção de lazer que não seja nas proximidades das Cataratas, onde há infra-estrutura pesada. Portanto, algo que deveria haver nas propostas para concessão de serviços é uma abordagem, ou ao menos um reconhecimento no planejamento, das dificuldades e vantagens das concessões no Iguaçu.

No Caparaó, por exemplo, os vizinhos do parque transportam visitantes da portaria até a Tronqueira (local de acampamento, onde se inicia a trilha de aproximadamente 9 km até o pico da Bandeira) e um plano de manejo poderia estimular a organização da classe. A legislação permite esse tipo de postura, pois os serviços devem passar por licitação. Essa organização incluiria preços padronizados, manutenção adequada de todos os veículos e venda antecipada de ingressos para evitar filas, motores menos poluentes, entre outras condições, segundo Estevão Fonseca. Por outro lado, o chefe do parque atestou também que seria indesejável se uma empresa vencesse a licitação e dominasse tal serviço na unidade, o que não seria uma boa política de vizinhança. Assim, a lógica leva a crer que deveria haver um meio termo, que atendesse às necessidades do parque, que beneficiasse de alguma forma o manejo e que não excluísse os vizinhos do negócio, o que poderia ser desenvolvido durante o planejamento de cada parque.

Nos parques também há situações indesejáveis que seriam solucionadas com medidas simples e custos relativamente baixos, mas às vezes os técnicos alegam que falta objetividade nas propostas dos planos. Por exemplo, no Iguaçu, na Serra dos Órgãos e no Caparaó ocorre o amansamento de animais silvestres pela oferta de alimento, principalmente de quatis *Nasua nasua*, o que é mais visível na trilha das Cataratas do Iguaçu. Apesar de ser um problema relativamente simples, pois depende basicamente da suspensão da oferta de alimento por um controle maior nos locais de visitação, além de lixeiras adequadas, no plano do Iguaçu se define a necessidade de “conduzir estudos para o manejo específico das populações do quati *N. nasua*, objetivando solucionar a questão da sua concentração na área das Cataratas, do seu acesso ao lixo e do seu assédio ao público visitante”, além de uma “pesquisa sobre os efeitos da dieta humana para a biologia e a ecologia (comportamento) do quati” (IBAMA, 2002b).

Ainda, ao invés de atribuir aos concessionários o controle sobre a oferta de alimento, esse plano definiu que os fiscais do IBAMA (só havia um fiscal no parque!) deveriam adotar uma “sistemática de fiscalização na trilha das Cataratas e demais áreas de uso público, de forma a orientar os visitantes a não alimentarem os animais (especialmente o quati)” (IBAMA, 2002b).

Na realidade, falta um foco bem definido nos planos para definir as atividades de manejo e, mais ainda, muitas recomendações gerariam produtos de utilidade duvidosa. Um tipo de indicação simples e relativamente comum nos planos é para estudos sobre o perfil do visitante, mas muitas vezes não é clara qual seria a sua aplicação no manejo. No Grande Sertão Veredas ou em Cavernas do Peruaçu, por exemplo, onde praticamente não há público, seria desnecessário caracterizar o perfil do visitante, apesar de haver indicações ou até formulários específicos nos planos (IBAMA, 2005; IBAMA; FUNATURA, 2003).

Já no Itatiaia, conhecer o perfil dos visitantes de uma parte do parque teria serventia. De acordo com Daniel Toffoli (coordenador do uso público no planalto do Itatiaia), a maioria dos visitantes do planalto possui objetivos bem definidos de escalada ou de caminhadas relativamente longas, e dificilmente abririam mão de um pouco do seu tempo no parque para permanecer em um centro de visitantes, lendo algo ou assistindo a uma palestra. Para este entrevistado, com um perfil dos visitantes do planalto talvez se notasse a necessidade de um meio alternativo para sensibilizá-los, que não fosse em um centro de visitantes. Assim, para um técnico e dois entrevistados do Itatiaia, a proposta dos planos (MAGRO et al., 2001; PANTOJA, 1994) para a construção de um centro de visitantes na parte alta é indesejável ou desnecessária.

Um ponto relacionado ao uso público e que merece atenção é a capacidade de carga física (e social), ou o manejo relacionado com as modificações físicas nas trilhas e áreas de acampamento. Pois um dos problemas centrais, nos variados planos, é que as recomendações implicam sempre a contratação de mais e mais estudos, sem oferecer uma proposta de execução local. A exemplo de outros parques, na Serra dos Órgãos a capacidade de carga das trilhas e áreas de acampamento foi definida de forma meio arbitrária, segundo a técnica da unidade, que

não conseguiu se basear nas indicações confusas dos planos disponíveis (BRAUN, 1994; DALE, 2001; IBDF, 1982b).

No plano de ação emergencial, por exemplo, foi verificado que, entre as recomendações do plano de manejo (IBDF, 1982b), não fora definida uma capacidade de carga adequada para as trilhas. Entretanto, o plano de ação apenas citou um estudo de 1993, concluindo que, “tendo em vista a situação precária de vigilância e falta de fiscalização efetiva, além dos inúmeros problemas ambientais que ocorrem no Parque, torna-se necessário que o número de visitantes seja reduzida ao máximo nas áreas com pouca fiscalização” (BRAUN, 1994, p. 54). Adiante nesse plano, porém, praticamente se reproduziu a proposta do plano de manejo: “estabelecer a capacidade de carga do Parque nas áreas de camping, trilhas, piscinas naturais e artificiais, estacionamento e áreas de montanhismo” (BRAUN, 1994, p. 91).

Pior ainda foi a situação se repetir no plano de uso público da Serra dos Órgãos, quando se constatou que o estudo de 1993 persistia inadequado (DALE, 2001). Nesse plano de uso público, questões de visitação e seus efeitos ambientais foram trabalhados com mais profundidade que nos documentos anteriores, mas sem definir protocolos básicos para o manejo. Parte das sugestões é de difícil compreensão, como:

Adaptação do VIM para aplicação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos deve ser aprofundada através de estudo específico, recebendo influências citadas de:

LAC, com ênfase para suas aplicações em território brasileiro, como as conduzidas pela exemplar Doutora Leide Yassuco Takahashi, da Universidade Estadual de Maringá, PR;

VERP, que apresenta complementos metodológicos que podem otimizar estes dois primeiros métodos, ao também priorizar a garantia da qualidade na experiência do visitante; e

ROS, que permite instrumentalizar os propostos zoneamentos temporários, harmonizando vários segmentos de visitantes no mesmo local do Parque, além de garantir a recuperação de áreas em descanso. (DALE, 2001, p. 95-96).

Ora, não é necessário se basear em quatro métodos para definir um sistema de manejo para as trilhas e áreas de acampamento; até na literatura especializada é difícil encontrar estudos que mesclam esses métodos norte-americanos e no plano sequer é clara a diferença entre eles, ou como eles se complementariam exatamente, ou, até, quanto à necessidade de empregar qualquer um deles para se proceder às medidas de manejo. Na essência, o plano de uso público propôs o mesmo que 20 anos antes, mas com uma redação mais complicada e que não ajuda um entendimento. No Caparaó, no Itatiaia e em Aparados da Serra, a situação era parecida, com diferentes documentos (algo como 10 volumes no total) para nortear o uso público, enquanto as equipes não tinham um sistema básico de manejo.

As propostas relativas ao manejo de trilhas são muito particulares de cada plano e de cada parque. Além disso, uma ressalva válida a certos parques é que, em alguns casos, parte das informações e indicações necessárias para proceder a ações simples existe, mas não é usada ou aplicada, tanto por se perder em meio às inúmeras propostas, como por falta de preocupação dos funcionários das unidades, ou por falta de um ambiente institucional favorável.

Na maioria dos planos produzidos por meio de consultoria, como os de ação emergencial e de uso público (Caparaó, Serra dos Órgãos e Itatiaia), fica claro que o único modo de aprimorar o manejo, adequar as condições das trilhas e estruturas, é através de mais e mais consultorias e estudos. Esse padrão, de sugerir a contratação de estudos para definir medidas simples de manejo de trilhas e áreas de acampamento, também ocorre nos parques que foram planejados apenas recentemente. Por exemplo, no plano de Cavernas do Peruaçu, onde foram detalhados nada menos que oito roteiros de visitação, consta que se deveria “contratar profissionais para a elabora o do projeto específico para a avalia o de capacidade de carga das cavidades previstas para visita o” (IBAMA, 2005, p. 4.203).

Pelos exemplos, nota-se que, em certos casos, os planejadores deveriam realizar experimentos práticos para definir certas propostas, ou então apresentar indica es mais flexíveis para as equipes dos parques testarem. Testes ou experimentos práticos são uma op o particularmente interessante em certas áreas, principalmente quando a procura   baixa. No caso de Cavernas do Peruaçu, por exemplo, o patrim nio espeleológico   bem frágil, sendo recomendável uma implementa o do uso público mais gradativa que o usual. Quanto aos testes, a demanda comum dos técnicos seria por uma proposta que contemplasse um protocolo básico para o monitoramento das modifica es ambientais, com base em um diagnóstico detalhado dos locais que seriam abertos ao público.

CONCLUSÕES

Conclui-se que, no geral, os planos de manejo e documentos correlatos não se inserem na conjuntura para a qual foram criados, o que explicaria o baixo grau de execu o das propostas voltadas ao uso público. Muitas propostas definidas não são de aplica o imediata, em parte são diferentes das idealizadas pelos técnicos, e em parcela das propostas que somariam no manejo das unidades, o detalhamento não   suficiente para que as a es sejam de execu o local.

Como resultado, os documentos não guiam ou estabelecem rumos específicos para o manejo voltado   visita o pública dos oito parques e, mais ainda, há fragilidades que continuam persistindo ou se agravando ao longo do tempo, desde a época do IBDF, como a proposi o excessiva de áreas de visita o e de infraestrutura. No campo, técnicos de diferentes parques alegavam que as medidas de manejo voltadas   visita o pública são insuficientes para oferecer aos visitantes uma experiência de qualidade elevada. Notou-se ainda que as atividades e decisões às vezes eram arbitrárias, além de tirarem a aten o de outras linhas de a o (prote o, recupera o de áreas degradadas, por exemplo).

  recomendável que o planejamento do uso público em unidades de conserva o se concentre em menos áreas de desenvolvimento (como nos locais onde já existe procura) e com um detalhamento técnico mais prático, oferecendo   equipe das unidades propostas ou projetos de execu o na conjuntura de cada unidade.

Neste processo, é importante delinear quais são os princípios da visitação pública em uma unidade para então definir o que se espera do planejamento do uso público. Além da possibilidade de integração dos vizinhos das unidades, ao planejamento para a visitação é relevante considerar que, na essência, as atividades recreativas nos parques visam proporcionar às pessoas uma experiência única em contato com a natureza, mostrar a elas que a natureza conservada tem um valor enorme à sociedade, enfim, formar opinião pública a favor da causa conservacionista. Princípios como esses, se bem definidos e alinhados com os objetivos e a realidade de um parque, poderiam ser relevantes para um planejamento mais prático.

Por fim, destaca-se que não foi encontrada nenhuma referência prática, entre os oito parques estudados, mostrando que, com a implantação do uso público, foi fortalecida a proteção e o manejo da unidade como um todo, ou seja, que se conseguiu captar mais recursos para as atividades prioritárias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram e à orientação do professor Carlos Firkowski da Universidade Federal do Paraná. Agradeço a todas as consultoras e consultores que trabalharam nos planos analisados; sem seu trabalho, seria impossível se ter uma idéia concreta de como poderíamos avançar no planejamento de uso público de nossos parques. Este artigo é um dos frutos do projeto “Aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil”, realizado com financiamento da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (que desembolsou R\$ 4.807,09 para o trabalho) e com apoio do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas (CNPq/MCT), que me cedeu bolsa institucional de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal da UFPR. Agradeço também ao apoio do IBAMA, expresso por meio dos funcionários à frente das unidades estudadas e pelo alojamento oferecido em praticamente todas as áreas.

REFERÊNCIAS

BRAUN, R. A.. **Plano de ação emergencial para o Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília: IBAMA, 1994. 111 p.

DALE, P.. **Plano de uso público**: Parque Nacional da Serra dos Órgãos. Brasília: IBAMA, 2001. 121 p.

DOUROJEANNI, M.. **Planos de manejo I**: o Eco. Rio de Janeiro, 4 setembro 2005a. Disponível: <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=80&textCode=13689&date=1125864000000>>. Acesso: 04 Set 2005.

DOUROJEANNI, M.. **Planos de manejo II**: o Eco. Rio de Janeiro, 11 setembro 2005b. Disponível: <<http://arruda.rits.org.br/oeco/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=6&pageCode=80&textCode=13756&date=1126468800000>>. Acesso: 11 Set 2005.

DOUROJEANNI, M.; PÁDUA, M. T. J.. **Biodiversidade**: a hora decisiva. Curitiba: EdUFPR, 2001.

IBAMA. **Roteiro Metodológico para planejamento de unidades de conservação de uso indireto**. Brasília: IBAMA/GTZ, 1996.

- IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento de parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas**. Brasília: Edições IBAMA, 2002a.
- IBAMA. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: IBAMA, 2002b. CD-ROM.
- IBAMA. **Plano de manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe**. Brasília: IBAMA, 2004a.
- IBAMA. **Plano de manejo**: Parque Nacional de Aparados da Serra e da Serra Geral. Brasília: IBAMA, 2004b.
- IBAMA. **Plano de manejo**: Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Brasília: IBAMA, 2005.
- IBAMA; FUNATURA. **Plano de manejo**: Grande Sertão Veredas. Brasília: IBAMA, 2003.
- IBDF. **Plano de manejo do Parque Nacional do Caparaó**. Brasília: IBDF-FBCN, 1981a.
- IBDF. **Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: IBDF-FBCN, 1981b.
- IBDF. **Plano de manejo do Parque Nacional do Itatiaia**. Brasília: IBDF-FBCN, 1982a.
- IBDF. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília: IBDF-FBCN, 1982b.
- IBDF. **Plano de uso público do Parque Nacional do Iguaçu**. Brasília: IBDF-FBCN, 1982c.
- IBDF. **Plano de manejo do Parque Nacional de Aparados da Serra**. Brasília: IBDF-FBCN, 1984.
- JESUS, F.. Plano de uso público: necessidade de atualização no planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3. Fortaleza, 2002. **Anais**. Fortaleza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e Associação Caatinga, v.1, p.844-845, 2002.
- LEE, T.; MIDDLETON, J.. **Guidelines for management planning of protected areas**. Gland: IUCN-WCPA, 2003.
- MAGRO, T. C. et al.. **Plano de uso público**: Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: IBAMA, 2001.
- MILLER, K.. **Planificación de parques nacionales para el ecodesarrollo en Latinoamérica**. Madrid: FEPMA, 1980.
- MORSELLO, C.. **Plano de uso público**: Parque Nacional do Caparaó. Brasília: IBAMA, 2001.
- PANTOJA, A.. **Plano de ação emergencial**: Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: IBAMA, 1994.
- PANTOJA, A.. **Plano de ação emergencial**: Parque Nacional do Caparaó. Brasília: IBAMA, 1995a.
- PANTOJA, A.. **Plano de ação emergencial**: Parque Nacional de Aparados da Serra. Brasília: IBAMA, 1995b.
- SANTOS, K. W.. **O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas**. Monografia (Especialização em Gestão e Manejo Ambiental em Sistemas Florestais) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.
- TAKAHASHI, L. Y.. **Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação em duas unidades de conservação do estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.
- WATANABE, E. N.; TAKAHASHI, L. Y.. Diretrizes para o uso de concessões em Parques Estaduais do Paraná. **Natureza & Conservação**, Curitiba, v.1, n.1, p.47-55, 2003.
- ZELLER, R. H.. **Aplicabilidade dos planos de manejo de oito parques nacionais do sul e sudeste do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.